

TEMAS E REFLEXÕES

N.º 4 — Setembro 2005

FORÇAS ARMADAS A INSTITUIÇÃO E AS ASSOCIAÇÕES

António Emílio Ferraz Sacchetti

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia
Edições Culturais da Marinha
LISBOA

O Autor

Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti. Foi, durante nove anos, professor, sub-director e director do Instituto Superior Naval de Guerra. Em 1988 e 1989 foi Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. É presidente do Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE), professor universitário e presidente da Academia de Marinha.

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. A publicação dos *Cadernos Navais* e dos volumes da colecção *Temas e Reflexões* procura dar satisfação a este objectivo.

TÍTULO:

Forças Armadas, A Instituição e as Associações

COLECÇÃO:

Temas e Reflexões

NÚMERO/ANO:

4/Setembro 2005

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 972-8004-79-6

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 2000 exemplares

Execução gráfica:

ACMA – Artes Gráficas, Unip. Lda

FORÇAS ARMADAS A INSTITUIÇÃO E AS ASSOCIAÇÕES

AMBIENTE INTERNACIONAL

As grandes preocupações das sociedades contemporâneas relacionam-se com a vastidão das mudanças que enfrentam, com o seu carácter global e com a velocidade acelerada deste tempo de mudança.

A globalização não é dominada por nenhum poder nem tem qualquer mecanismo regulador, mas, o facto é que vai fazendo aumentar vertiginosamente a complexidade e a interdependência do sistema das relações internacionais.

Por outro lado, nunca as grandes mudanças se processaram de forma linear, sem erros graves ou violências lamentáveis. Nem o racionalismo iluminado que inspirou a Revolução Francesa conseguiu evitar tanto sangue que lamentavelmente foi derramado.

Aceitar os movimentos da globalização e a mundialização dos sistemas que a compõem não é uma opção; é, simplesmente, uma questão de bom senso. Estudá-los é uma obrigação de todos, que permitirá evitar erros, contrariar os excessos, combater generalizações levianas ou oportunistas.

Com a roupagem da globalização e uma pretensa natural evolução dos tempos, está a criar-se uma "ideologia do relativismo". É uma moda de pensamento, ventos variáveis e correntes de ideias, com aparência de liberdade ou de modernidade, mas que nada apresentam de definitivo. Será antes uma atitude que claramente favorece a aceitação constante de egoísmos e de vontades particulares, num ambiente em que tudo é relativizado.

Verifica-se assim, *o crescimento de uma indiferença ética geral e de uma preocupação obsessiva pelos próprios interesses e privilégios*¹.

Com a globalização da economia vem-se desenvolvendo, já há algum tempo, uma “ditadura do mercado” que, aparentemente, deveria satisfazer as necessidades básicas de todos e as suas aspirações mais legítimas.

Porém, é grande a avidez de querer gozar tudo, cedo e imediatamente.

Recordo o desabafo de um japonês, economista e ex-ministro, que descreve a frustração do seu povo, na década de 90:

Assim como Adão se cansou da vida do Éden e provou o fruto proibido, os japoneses estão cada vez mais incomodados pelo facto de os seus dias decorrerem sempre calmamente, sem incidentes.

*Infelizmente para os japoneses, este Éden não pode ser mudado simplesmente com o comer do fruto proibido e, de qualquer forma, há muito poucos Adãos japoneses suficientemente ousados e curiosos para o fazer. Os padres e os burocratas aprisionaram todas as maliciosas serpentes tentadoras. Embora toda a gente sinta uma crescente irritação com o presente desprovido de alegria e a perspectiva de um futuro incerto, os japoneses continuam a agarrar-se à borda das nuvens para não caírem do céu. Até reclamam: "Ainda mais, mais para cima !" Mas para onde é que se pode subir a partir do céu? Para um céu mais elevado, mais perfeito ? Então, é porque este suposto céu é apenas o purgatório*².

Há quem confunda qualidade de vida e nível de vida digno, com a capacidade de tudo poder comprar. Cresce o individualismo, enfraquece a solidariedade interpessoal.

¹ João Paulo II, **A Igreja na Europa**, Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, Paulinas, 3.^a ed., Out. 2003, 135 pp..

² Sakaiya, Taichi, **Japão, as Duas Faces do Gigante**, Lisboa, Difusão Cultural, Nov. de 1994, p. 38.

Para além das grandes mudanças globais, a Europa está empenhada num projecto regional, em que Portugal está envolvido.

O movimento europeu relacionado com o aprofundamento e alargamento da União Europeia é um projecto pioneiro, que há vontade de copiar mas ainda é único. É um projecto com futuro, que tem razões para motivar como nenhum outro no mundo, e que irá continuar a exigir grande esforço a todos os membros.

Dois aspectos diferentes, mas que estão relacionados, preocupam a Europa: primeiro, a Europa já não é a locomotiva do desenvolvimento político, social e económico mundiais; segundo, como é natural num processo inovador com esta grandeza, há dificuldade em conciliar opiniões quanto à política externa e de defesa comuns.

Apesar das dificuldades, na nossa comunidade europeia há, repete-se, uma certa motivação, há esperança de que a União nos traga um melhor futuro, e há empenho em vencer algumas das dificuldades económicas e sociais que estão suficientemente bem identificadas.

Por vezes, parece que se pretende andar depressa demais, ou que se foi longe demais, deixando para trás a razoabilidade e a preservação de valores que não estão em mudança. É o caso do Tratado Constitucional.

Lembra-me uma história que li há muito, já não sei onde: Uns ocidentais decidiram escalar um dos mais altos picos dos Andes e contrataram localmente uns guias, uns carregadores e um intérprete, descendentes dos incas. A escalada estava a correr muito bem e, a certa altura, entusiasmados, procuraram apressar o andamento. Mais tarde viram que com mais um esforço e reduzindo uma paragem, poderiam alcançar o cume ainda nesse dia. Surpreendentemente os índios sentaram-se e nenhum gesto os convencia a prosseguir. Os alpinistas perguntaram ao intérprete o que se passava. Depois de uma conversa, o intérprete esclareceu: eles dizem que estão a andar muito depressa e que a alma ficou para trás; têm que esperar que a alma apanhe o corpo.

Também a Europa talvez tenha que parar e meditar, para recuperar a alma que está a deixar ficar para trás.

A outra questão é a da defesa e da segurança.

Desde o início dos anos 60 do século passado, no apogeu da bipolarização política mundial, o Ocidente e principalmente a Europa, embora sentissem que o confronto militar era particularmente significativo ao longo da Cortina de Ferro, vinham tendo consciência de que os interesses económicos comuns que sustentavam o acelerado desenvolvimento industrial estavam a ser ameaçados em áreas distantes, nas regiões ricas de recursos naturais que haviam saído dos impérios coloniais em desagregação para se filiarem no campo socialista liderado pelo Bloco Leste. Nasceu então o conceito de problemas “out-of-area”.

A queda do Muro de Berlim permitiu a esperança de se retomar um mais aberto relacionamento entre os povos. A desagregação das fronteiras da bipolarização (1991) terminaria com a divisão do mundo em áreas de influência; logo, acabaria também com a existência de uma “out-of-area”.

Dez anos depois, o ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001, a declaração da guerra ao terrorismo e as acções violentas que se lhe seguiram, mais uma vez levantaram dúvidas quanto à rapidez com que se haviam consentido as liberdades de movimento de pessoas, das migrações, e a porosidade das fronteiras. Questionando as metas anunciadas para um mundo com mais paz, retomou-se a dialéctica “liberdades” *versus* “segurança”, com a preocupação dominante de não prejudicar o progresso alcançado no respeito pelos direitos humanos.

A meditação sobre os problemas de defesa e segurança ocorrida nos últimos quatro anos, com o objectivo de encontrar resposta à natureza global da nova ameaça estruturada em rede, levantou questões em três aspectos principais:

- As diferentes respostas e atitudes políticas dos aliados ocidentais (EUA e Europa) face à ameaça;
- A fragilidade da defesa europeia;
- A nova capacidade de resposta militar.

Na impossibilidade de analisar aqui estes aspectos, farei um curto comentário à Revolução dos Assuntos Militares (RAM) e à Transformação, relacionadas com o último ponto.

“Revolução” será um termo excessivo. Designa uma evolução da arte da guerra (se ainda fizer sentido referir “arte da guerra”) que se poderá caracterizar por três aspectos fundamentais:

- É consequência, ou é consentida, por um muito rápido e profundo desenvolvimento tecnológico aplicado às armas, aos sensores, às informações e às comunicações;
- Destina-se essencialmente à “ projecção de poder”, e não à defesa do território nacional;
- Foi concebida por um Estado que tem consciência do extraordinário desequilíbrio de poder militar que lhe é favorável e que está decidido a aproveitar.

Por outro lado, esta nova maneira de fazer a guerra é acompanhada de uma outra característica dos conflitos actuais – a “guerra assimétrica”. Ultrapassando o anterior entendimento de guerra entre forças convencionais fortemente desequilibradas no poder, hoje, a guerra assimétrica ocorre entre o maior exército do mundo e um “não exército”, em que os fracos inovam para atingir os fortes nas suas vulnerabilidades, e os fortes investigam novas defesas contra as imagináveis hipóteses de actuação dos fracos.

Portugal e a grande maioria dos Estados do mundo apenas poderão acompanhar, de muito longe, uma tal evolução. Por isso mesmo, os Estados Unidos dispensam aliados nas operações planeadas de carácter claramente ofensivo, mas agradecem a colaboração das forças amigas nas acções pós-conflito para a manutenção da segurança e conquista da paz.

Porém, ainda não foi inventada a arma decisiva nem, infelizmente, foi encontrado o processo de garantir a paz universal. Os sistemas e as armas de defesa convencional continuam a exigir a atenção dos Estados.

PARTIDARIZAÇÃO DO ESTADO

Tudo o que foi dito não é mais do que uma muito incompleta referência à complexidade e a vastidão dos problemas políticos e sociais do mundo de hoje.

Mas Portugal tem ainda os seus problemas próprios, nacionais, que são graves.

O programa nacional de inserção na União Europeia tem importância. Contudo, tem sido mal exposto ou deficientemente divulgado, nomeadamente no que se refere aos grandes projectos em preparação ou desenvolvimento. A grande maioria dos “interesses comuns” ainda não são assumidos como “interesses nacionais”. Se, até há pouco tempo, o cidadão comum usava o pronome “eles” para se referir aos nossos governantes, hoje, há outros “ELES” mais distantes, em Bruxelas, onde, pasme-se, estão uns aliados egoístas e mais poderosos do que nós, com quem é difícil negociar e que às vezes até parece que “nos querem mal”...

A este projecto comum não tem sido dedicada a atenção que deveria merecer.

No entanto, não há qualquer objectivo político motivador, genuinamente nacional. A Nação considera-se mal governada e é chocante a frequência com que mudam os Governos e os governantes de cada governo, isto agravado pela maneira como o Estado está a ser partidarizado.

Na União Soviética era defendida, como elemento da ideologia adoptada, a doutrina da “soberania limitada”, que considerava a prevalência do partido sobre o Estado, tornando-o partidário.

Nós estamos a assistir à forte partidarização do Estado, não por razões ideológicas, mas por desvio da prática democrática: por uma clara sobreposição dos interesses individuais e partidários aos interesses nacionais e por uma excessiva nomeação por critérios de confiança política de indivíduos para cargos do Estado e da administração pública. A última alteração no processo de nomeação dos chefes militares foi mais um passo que também se inclui nesta tendência para a partidarização do Estado.

Demasiado frequentemente a razão partidária sobrepõe-se à razão comum.

Assim, a nível nacional o ambiente é de desmotivação, frustração e até alienação.

Usando uma frase de João Paulo II, *do futuro, sente-se mais medo que desejo* ³.

O PODER POLÍTICO E A INSTITUIÇÃO MILITAR

Como factor do poder nacional, as Forças Armadas têm por missão primeira a defesa da integridade do território nacional, da segurança das populações, da livre acção dos órgãos de soberania e do livre funcionamento das instituições democráticas. O factor militar é também o principal factor (não o único) a servir a manobra externa do Estado nas acções que têm em vista a manutenção da paz e da segurança internacionais.

As Forças Armadas materializam de forma insubstituível a manifestação da vontade de uma Nação fazer respeitar a sua independência nacional e os seus interesses nacionais vitais. Se elas não existissem, numa proporção adequada aos restantes factores do poder nacional, nomeadamente, à dimensão territorial e à população, um país mostraria absoluto desinteresse pela sua sobrevivência e pelo seu futuro, seria desconsiderado pela comunidade internacional e perderia toda a capacidade de intervenção política.

Assim, as Forças Armadas constituem uma instituição fundamental do Estado e, pelas palavras registadas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a *instituição militar é estruturante da identidade nacional*.

As Forças Armadas estão subordinadas ao poder político. Essa subordinação faz-se sentir, fundamentalmente e de forma clara, porque: é o poder político que elabora e publica toda a legislação referente à política de Defesa Nacional e das Forças Armadas; é o poder político que nomeia os chefes militares e que confirma as promoções de todos os generais e almirantes; é o poder político que estabelece o orçamento das Forças Armadas e decide a atribuição de qualquer tipo de verbas para satisfazer os encargos com o pessoal, com a actividade operacional, com a manutenção dos meios e ainda com o investimento.

³ João Paulo II, op. cit., p. 16.

Pela sua razão de ser e pelas responsabilidades institucionais que lhes foram definidas, as Forças Armadas têm por dever respeitar e defender interesses nacionais, que são permanentes e vitais. Os Governos, sem dúvida que têm também em vista os interesses nacionais, mas fazem-no através da prossecução de objectivos políticos que são, quase sempre, transitórios e dependentes da interpretação ou opção política do partido eleito para exercer o poder.

O problema entre estas duas ordens de responsabilidades agrava-se quando o poder político, demasiado envolvido na já referida partidari-zação do Estado, se despreocupa em relação à finalidade e às responsa-bilidades das Forças Armadas, quer porque continuamente adia a aquisição dos meios necessários ao exercício das suas missões, quer porque sistema-ticamente se alheia da defesa do prestígio que a Instituição deve merecer.

Os chefes militares, como representantes institucionais das Forças Armadas, têm o dever de colaborar no esforço do Estado e de participar na orientação sectorial dos sacrifícios da Nação para a resolução dos grandes problemas nacionais. Mas são também responsáveis pela defesa dos ideais que orientam as Forças Armadas, pelo cabal cumprimento da sua missão, e ainda pela manutenção do ambiente em que são respeitados os valores que preenchem o seu código de honra, tais como: disciplina, dedicação, sacrifício, disponibilidade, dever, coragem e lealdade.

É fundamental que tanto os políticos como os membros da Insti-tuição Militar pensem na situação quase impossível em que estão a ser colocadas as Chefias Militares.

ASSOCIAÇÕES, CRITICISMO E CIDADANIA

As associações que têm como filiados elementos das Forças Armadas foram constituídas de acordo com a lei e conhecem também a lei pela qual se rege a Instituição Militar, a legislação que define o Estatuto da Condição Militar, bem como a que estabelece os deveres, os direitos e os princípios a que se devem subordinar os seus membros.

As associações profissionais que representam membros de uma insti-tuição não podem promover nem aconselhar acções que sejam contrá-

rias ao direito e aos valores da própria instituição. Tal prática desacredita a associação pelo mau uso da liberdade, que assim é concebida de forma anárquica. A liberdade sem direito é anarquia, e a anarquia é a destruição da própria liberdade.

Embora a situação nacional seja grave e as soluções que vão sendo apresentadas para a resolução de muitos problemas sejam passíveis de crítica, estamos, todos, a cair no criticismo fácil e sistemático, desresponsabilizante, nada racionalista e nada construtivo.

Uma das principais responsabilidades da nossa condição de cidadão, é assumir, individualmente, com simplicidade e determinação, a nossa quota parte do esforço para a resolução dos problemas. E uma outra competência das associações é orientar os seus membros no correcto exercício da cidadania.

Os problemas não são todos económicos e alguns dos mais importantes não são mesmo económicos. A solução para o mal está, muitas vezes, nas mentalidades e na vontade, não na correcção das estruturas, embora seja mais fácil reestruturar, e voltar a reestruturar, sempre que muda o Governo.

A propósito da situação de crise que vivemos e da atitude razoável que deveríamos assumir, apresento apenas duas citações.

A primeira, mais directamente relacionada com a actualidade nacional embora dirigida a outros sectores da nossa actividade, é de Manuel J. Antunes, médico e professor universitário: *É preciso dizer-lhes que produzir bem é não só importante, mas um dever de cidadania: os professores têm que gastar mais tempo a ensinar, os médicos e enfermeiros têm de tratar mais doentes*⁴.

Poderia também ser oportuno repetir hoje, em Portugal, o célebre apelo proferido pelo Presidente dos Estados Unidos John Kennedy, no seu discurso de tomada de posse (1961): *E portanto, meus companheiros americanos, não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós; perguntem o que vós podeis fazer pelo vosso país.*

⁴ **Diário de Notícias**, 25 de Agosto de 2005, p. 6.